

1 ATA DA III REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS
2 OUVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNOMP, REALIZADA EM 24 e
3 25 DE JUNHO DE 2013.

4
5 Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e
6 treze, às nove horas, na sede do Conselho Nacional do
7 Ministério Público, na cidade de **Brasília-DF**, reuniram-se **as**
8 **seguintes pessoas:** José Valdo Silva, Presidente do Conselho
9 Nacional dos Ouvidores do Ministério Público - CNOMP, Ouvidor
10 do Ministério Público do Estado do Ceará, Carlos Roberto da
11 Silva Maia, Ouvidor do Ministério Público do Estado do Acre,
12 Maria Rosynete de Oliveira Lima, Ouvidora do Ministério
13 Público do Distrito Federal, Gabriel de Souza Cardoso, Ouvidor
14 do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Nilo Mendes
15 Guimarães, Ouvidor do Ministério Público do Estado de Goiás,
16 Eliana Cícero de Sá Maranhão Ayres, Ouvidora do Ministério
17 Público do Estado de Mato Grosso, Ruth Lies Scholte Carvalho,
18 Ouvidora do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, José
19 Maria Gomes dos Santos, Ouvidor do Ministério Público do
20 Estado do Pará, Doriel Veloso Gouveia, Ouvidor do Ministério
21 Público do Estado da Paraíba, Mário Germano Palha Ramos,
22 Ouvidor do Ministério Público do Estado de Pernambuco, Paulo
23 Gomes Pimentel Júnior, Ouvidor do Ministério Público do Estado
24 do Rio Grande do Norte, Luiz Cláudio Varela Coelho, Ouvidor do
25 Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Sales
26 Eurico Melgarejo Freitas, Ouvidor do Ministério Público do
27 Estado de Roraima, Alcir Raineri Filho, Ouvidor do Ministério
28 Público do Estado de Tocantins, Heloísa Maria Moraes Rego
29 Pires, representante do Ministério Público do Trabalho, Lúcia
30 Beatriz Magalhães de Mattos, representante do Ministério
31 Público Militar e Ela Wiecko Volkmer de Castilhos,
32 representante do Ministério Público Federal. **AUSÊNCIAS**
33 **JUSTIFICADAS:** Eduardo Tavares Mendes, Ouvidor do Ministério
34 Público do Estado de Alagoas, Flávio Ferreira Lopes, Ouvidor
35 do Ministério Público do Amazonas, Marília de Campos Souza,
36 Ouvidora do Ministério Público do Estado da Bahia, Mariléa
37 Campos dos Santos Costa, Ouvidora do Ministério Público do
38 Estado do Maranhão, Celso Antônio Botelho de Carvalho, Ouvidor
39 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Antônio
40 César Cioffi de Moura, Ouvidor do Ministério Público do Estado
41 do Paraná, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Ouvidora do
42 Ministério Público do Estado do Piauí, Géorgea Marcovecchio
43 Guerra, Ouvidora do Ministério Público do Estado do Rio de
44 Janeiro, Jair Pedro Tencatti, Ouvidor do Ministério Público do
45 Estado de Rondônia, Guido Feuser, Ouvidor do Ministério
46 Público do Estado de Santa Catarina, Fernando José Marques,
47 Ouvidor do Ministério Público do Estado de São Paulo, José
48 Carlos de Oliveira Filho, Ouvidor do Ministério Público do
49 Estado de Sergipe, Almino Afonso Fernandes, Conselheiro do
50 Conselho Nacional do Ministério Público. **Previsão de pauta:**
51 apresentação das metas para conhecimento, submissão de

52 proposta de reforma do estatuto para previsão do secretário
53 executivo, discussão acerca da reforma legislativa e os novos
54 rumos das Ouvidorias do Ministério Público, cooperação do
55 Ministério Público com outras instituições, estabelecimento de
56 cooperação nacional com a adesão do CNMP ao Termo de
57 Cooperação do Senado, Câmara e TCU, sob o intermédio do
58 Ouvidor-Nacional do CNMP, Conselheiro Almino Afonso Fernandes,
59 apreciação de casos regionais e assuntos gerais. Aberta a
60 reunião o presidente José Valdo Silva saudou os presentes e
61 deu boas vindas aos vice-presidentes do CNOMP, destacou os
62 trabalhos do conselheiro Almino Afonso junto ao Conselho
63 Nacional e chamou à palavra o Dr Varela, autor da proposição
64 de homenagem ao primeiro. Dr Varela agradeceu e, na
65 oportunidade, manifestou irrestrito apoio à carta dos
66 ouvidores aos manifestantes. Em seguida, sustentou a
67 proposição de homenagem ao conselheiro Almino Afonso no
68 efetivo trabalho para elaboração e aprovação da resolução que
69 regulamenta as Ouvidorias do MP. Para a homenagem, Dr Varela
70 sugeriu os títulos "Ouvidor emérito" ou "Ouvidor honorário".
71 Retomada a palavra, o presidente destacou a importância da
72 resolução aprovada pelo CNMP que significa importante
73 instrumento para o fortalecimento das Ouvidorias do Ministério
74 Público. Dr Melgarejo manifestou-se a favor da nomenclatura
75 "Ouvidor honorário". Dra Ruth Lies ponderou o acerca do
76 objetivo maior da carta dos Ouvidores e aventou a
77 possibilidade de divulgação da carta com a concordância do
78 presidente. Dra Ruth lembrou que a homenagem ao conselheiro
79 Almino Afonso foi acolhida de plano na reunião de Cuiabá,
80 falou da importância da homenagem ser feita no CNMP para
81 motivação de novas contribuições. Dra Rosynete concordou com a
82 carta dos Ouvidores e destacou a importância da divulgação da
83 mesma para conhecimento dos manifestante. O conselheiro
84 Ricardo Maia sugeriu que a carta aos manifestantes fosse
85 assinada pelos vices e pelos representantes estaduais dos
86 Ministérios Públicos Estaduais. Sobre a homenagem entendeu
87 pertinente e merecedora. Lembrou que é papel da Ouvidoria
88 cobrar dos colegas as respostas às manifestações motivo pelo
89 qual a Ouvidoria ainda não é bem vista na instituição. Dr
90 Paulo Pimentel ponderou que as Ouvidorias servem como
91 embaixadas do MP perante os demais poderes constituídos e a
92 sociedade, e discorreu acerca da divulgação da carta via
93 facebook, do fortalecimento das Ouvidorias e da importância do
94 fomento à participação popular. Dr José Valdo solicitou a
95 definição do título da **homenagem** ao Dr Almino, restando
96 decidido "Ouvidor honorário". Dr Paulo Gomes sugeriu a
97 confecção de medalha para homenagear àqueles que prestaram
98 relevantes serviços ao Ministério Público. O presidente
99 solicitou à Dra Ruth a redação do texto da placa e comunicou
100 que a diretoria do CNOMP seria convocada para a cerimônia de
101 homenagem a realizar-se na segunda quinzena de julho, ficando
102 os demais membros convidados. Foram discutidas as realidades

103estaduais acerca da integração da Ouvidoria dentro ou fora da
104Administração do Ministério Público. Na sequência, discutiu-se
105acerca da PEC 37. O presidente submeteu ao plenário a redação
106das metas nacionais elaboradas na reunião de Cuiabá: 1ª meta -
107Atuar junto ao Ouvidor nacional e o Procurador-Geral de
108Justiça e da República na formulação das políticas
109institucionais, principalmente no que pertine às ações
110comunitárias da sociedade civil, conselho de gestão e
111controle, educação, saúde, idoso, criança, adolescente, etc e
112imprensa. Adotou-se o Art 9º da resolução nº 95 do CNMP como
113base para construção da 2ª meta - A criação e o aprimoramento
114do sistema nacional de Ouvidoria do Ministério Público. Dra
115Rosynete ressaltou que o CNOMP não teria condições de criar e
116aprimorar um sistema próprio e, de acordo com a Resolução do
117CNMP, o Conselho Nacional criaria esse sistema. A partir daí
118sugeriu que fosse criado um banco de boas práticas das
119Ouvidorias do Ministério Público e a Dra Ruth sugeriu que o
120CNOMP alimentasse este banco de boas práticas. O presidente
121leu o Art 9º da resolução nº 95 do CNMP - O Conselho Nacional
122do Ministério Público, por ato próprio, promoverá a integração
123de todas as Ouvidorias do Ministério Público, visando a
124implementação de um sistema nacional que viabilize a obtenção
125de informações necessárias ao atendimento das demandas do
126Ministério Público. Dra Ruth reiterou a fala da Dra Rosynete,
127ao confirmar informação do pessoal de TI do CNMP no sentido de
128que não teria condições de criar um sistema integrado de
129Ouvidorias neste momento, mas estaria iniciando os estudos para
130tanto. Dr José Valdo falou brevemente sobre a importância da
131garantia de custeio para viagens dos Ouvidores e assessor.
132Foram discutidos assuntos referentes à próxima reunião,
133hospedagem, traslados, melhor local para a realização da
134reunião e melhor local para as palestras "Ficha limpa e etc."
135O presidente cumprimentou a todos e deu por encerrada a
136primeira etapa. Retomada a segunda etapa do dia, o presidente
137confirmou o recebimento por todos da carta do MP aos
138manifestantes e passou a lê-la.

139 **CARTA DOS OUVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO AOS MANIFESTANTES**

140Senhores e Senhoras destas pulsantes manifestações que fizeram acordar o gigante popular
141que há muito estava adormecido. Louvamos esta vivaz demonstração de disposição de
142participação na gestão pública, não apenas no que pertine ao orçamento e à eficiência de sua
143utilização, mas, sobretudo, pela disposição de afirmar que estamos amadurecidos em pautar
144uma política que seja, antes de tudo, uma ressonância dos anseios do povo. Como todos
145sabem, o Ministério Público é grande, forte e atuante graças às suas novas atribuições que lhe
146foram conferidas pelos constituintes ao darem vida à nossa Constituição Cidadã de 1988. Lá,
147fizeram construir um Ministério Público com atribuição para a defesa dos Direitos
148Fundamentais, da legalidade e da democracia, funções que honram a todos nós, razão pela
149qual nos empenhamos todos os dias para sermos dignos da missão que nos foi confiada.
150Como Ouvidores do Ministério Público, somos duplamente encarregados de sermos os
151defensores dos anseios populares, pois é através da manifestação de cada cidadão que
152fazemos observar a defesa dos Direitos, a observância da Lei e a punição dos criminosos.
153Desta forma, queremos nos solidarizar com cada manifestante que levantou sua voz para que

154ela definitivamente fosse ouvida. No entanto, se nos permitem e como cada um já
155concretamente demonstrou, é preciso que apontemos que os atos de vandalismo não refletem
156a legítima participação popular demonstrada em cada manifestação que floresceu em nosso
157país. Nós, Ouvidores, lutamos para que o Ministério Público não apenas tenha diuturnamente
158suas portas abertas para o cidadão, mas nos adiantamos para convidá-lo a entrar na casa do
159cidadão. Tanto é que estamos também em luta para que as Ouvidorias sejam fortalecidas,
160razão pela qual agradecemos a demonstração de apoio para que a participação popular seja
161uma regra em nosso país. Temos muita coisa em comum. Nós do Ministério Público também
162somos apartidários, mas igualmente não somos contra os partidos. Afinal, a democracia
163brasileira é representativa, e é através dos partidos que construímos nossa democracia quando
164elegemos nossos políticos. Assim, devemos ter o cuidado em não permitir que a política seja
165criminalizada, pois sem ela não haverá Direito, nem democracia, e sem eles nossas
166Instituições ruirão. Sem eles nosso Ministério Público se esvazia. Portanto, defendamos nossa
167política, apesar de sempre lutarmos por sua melhoria. Mas, para tal, imperiosa é nossa luta por
168participação popular, pois um povo só é soberano se sua voz for concretamente ouvida e seus
169anseios efetivados. Nossas vozes ecoarão e serão plenamente ouvidas. Lembremo-nos de
170Euclides da Cunha que, narrando o flagelo da guerra de Canudos, em Os Sertões, apontou que
171o nordestino era, antes de tudo, um forte. Mas, nessa densa afirmação, ousamos dizer que ele
172apontava que sua fortaleza estava na constante luta por uma vida melhor; que, mesmo
173apartado da justiça, redobrava forças para que ela fosse realizada; que, mesmo sem a presença
174do Estado e de suas Instituições, irrisignado, perseverava para construí-los. Agora, vemos não
175apenas nordestinos, mas todos os brasileiros que, como um impávido colosso, reafirmam que
176o povo é o soberano na democracia e deve ser sempre ouvido. Defendamos nossa democracia;
177fortaleçamos o Direito na concretização dos direitos humanos fundamentais; defendamos
178nossas Instituições cobrando-lhes a concretização de suas finalidades constitucionais;
179defendamos nossa política e continuemos a exigir seu aperfeiçoamento, pois sem eles nossa
180vida social se apaga, e apenas a violência e o medo terão lugar. Somos duzentos milhões em
181ação, pra frente Brasil, louvemos nosso povo! Fortaleza, 20 de junho de 2013. José Valdo
182Silva Procurador de Justiça Ouvidor-Geral do Ministério Público do Ceará Presidente do
183Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público dos Estados e da União
184Após a leitura da carta, o presidente destacou as decisões
185tomadas na reunião da diretoria em 24/06/13 e passou a palavra
186para Dra Ruth, que falou sobre a convocação do CNMP para o I
187Encontro Nacional de Ouvidorias no dia 02 em Brasília. O
188presidente lembrou que há espaço para tema de discussão no I
189Encontro de Ouvidores de MP e o vice-presidente Dr Carlos
190sugeriu pauta com a participação da TI do CNMP: tema
191Ouvidorias e redes sociais. Dra Ruth destacou a importância da
192segurança na utilização deste canal pelas Ouvidorias. O
193presidente sugeriu que fosse abordada a forma de participação
194das Ouvidorias nas redes sociais e afirmou que o departamento
195de tecnologia da informação do CNOMP estaria habilitado para
196esclarecer a matéria. Ficou decidido que o CNOMP solicitaria
197ao CONAMP a concessão de gratuidade das inscrições para o
198congresso em Natal. O presidente comunicou a todos que a
199pedido do próprio Dr Almino a homenagem ocorrerá durante o
200Encontro Nacional de Ouvidores. O texto para composição da
201placa traduziria o agradecimento pela iniciativa e esforços
202para a realização do Primeiro Encontro Nacional de Ouvidorias.
203Passada a palavra ao Dr Sales, o mesmo afirmou ser este
204encontro a inauguração de uma nova fase das Ouvidorias. Dr.

205Melgarejo disse que Roraima sediará a próxima reunião do
206conselho dias 22 e 23 de agosto e que a agenda está aberta.
207Disse também que interessante seria a inclusão de uma palestra
208de uma hora sobre o estado de Roraima e seus valores. O
209presidente incentivou a sugestão de temas para a reunião de
210Roraima, até o dia 20 de agosto. Dra Ruth discorreu acerca da
211metas e ressaltou a necessidade de enxugar a redação a ser
212submetida a apreciação dos Ouvidores. Foi lida a **redação**
213**aprovada para as quatro primeiras metas:** 1ª meta - Atuar junto
214ao ouvidor nacional, procurador-geral e procurador geral da
215república na formulação das políticas institucionais. 2ª meta
216- Criação de um banco de boas práticas do CNOMP para
217contribuição com o sistema nacional de ouvidorias. 3ª meta -
218Estabelecimento do fone 127 como nº nacional das ouvidorias do
219mp recaindo a ligação na ouvidoria correspondente ao local
220onde o manifestante estiver. 4ª meta - Previsão para que as
221manifestações do cidadão e indicadores outros sejam
222transformados em diagnóstico estatístico e analítico capaz de
223identificar áreas e regiões que demandam aperfeiçoamento dos
224serviços ministeriais e indicar focos de necessária
225fiscalização do Ministério Público. Quanto às demais metas sua
226redação será analisada, enxugada e submetida à apreciação e
227decisão do plenário posteriormente. Foi ponderado pela Dra
228Ruth que a alteração a ser efetivada no estatuto e a previsão
229do assessor especial do presidente atenderá caso fático
230gravíssimo ocorrido no Ceará e trazido ao Conselho por seu
231presidente, e será instrumento importante de prevenção à sua
232disseminação nos demais Mps. O Presidente passou a relatar
233sua trajetória institucional e destacou a imprescindibilidade
234do apoio do Procurador-Geral de Justiça à Ouvidoria e
235Ouvidores, já que no Ceará "Um conselheiro da administração
236superior teria questionado o apoio institucional da
237Procuradoria-Geral de Justiça ao CNOMP na questão financeira
238relativa às despesas de viagem com o Assessor do presidente do
239CNOMP, a quem chamou de terceirizado e que estaria prestando
240serviço a uma instituição privada". Dra Ruth passou a leitura
241dos artigos para **reforma do estatuto**. Após a leitura, o
242presidente passou a palavra aos presentes para ponderações. Dr
243Varela sugeriu diretoria ao invés de colegiado e concorda com
244demais proposições. Dra Ela questionou o papel do assessor
245especial e solicitou que ficasse explícita no estatuto a sua
246função. Dra Ruth ponderou que as funções deveriam ser
247definidas em resolução uma vez que não se trata de cargo do
248CNOMP. Dra Ruth e Dr Paulo ponderaram que o artigo 9º trata de
249cargos do CNOMP e, assim, seria mais adequada a previsão da
250assessoria especial do presidente apenas no artigo 10º, o que
251foi acolhido pelo plenário. O presidente anunciou que o Dr
252Cláudio Varela fará a redação da resolução que regulamentará
253as atribuições do assessor especial. Após a devida discussão,
254**ficou decidida a seguinte reforma do estatuto**. Título do
255Capítulo I: Antiga redação: "Da Denominação, dos Fins e da

256Sede", nova redação: "Da Denominação, da Competência e da
257Sede". Caput Art 2º - Antiga redação: "São fins do Conselho
258Nacional dos Ouvidores do Ministério Público", nova redação:
259"Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público". Inciso
260VI do artigo 2º - Antiga redação: "VI- editar súmulas acerca
261de questões relevantes à atuação das Ouvidorias, contribuindo
262para a expedição de sugestões e recomendações aos órgãos de
263Administração Superior do Ministério Público;", nova redação:
264" VI- editar súmulas, enunciados, resoluções, notas técnicas,
265moções acerca de questões relevantes a atuação do Conselho e
266das Ouvidorias e contribuir para a expedição de sugestões e
267recomendações aos órgãos de Administração Superior do
268Ministério Público;". Inserção do inciso VII no artigo 10º -
269"Designar seu secretário executivo que deverá ser vinculado à
270Ouvidoria de origem da presidência e que deverá acompanhá-lo
271nas reuniões ordinárias e extraordinárias." O presidente
272colocou em votação a reforma estatutária. Dr Alcir da
273Ouvidoria do Tocantins, Dr Paulo Pimentel, Dr Nilo Mendes, Dr
274Carlos Maia, Dr Gabriel, Dra Eliana, Dra Ruth, Dr Melgarejo,
275aprovaram, Dra Ela, aprovou elencando os dispositivos
276aprovados, Dra Rosynete, Dr Varela, Dr Palha, Dr Noriel e Dr
277José Maria aprovaram, Dra Lucia Beatriz, coordenadora do SAC
278Militar informou que não há Ouvidoria e aprovou a reforma do
279estatuto, finalmente Dra Heloisa, do Ministério Público do
280Trabalho também aprovou. O presidente informou que expedirá
281convocação da Assessoria da Ouvidoria Nacional para o encontro
282nacional e retomou o tema de discussão para a **pauta do**
283**Primeiro Encontro Nacional de Ouvidores de Ministério Público:**
284"Ouvidorias e Redes Sociais", sugerida pelo Dr Carlos e a ser
285encaminhado à Ouvidoria Nacional. Dra Ruth destacou a
286necessidade do registro da reforma do estatuto no cartório em
287Ouro Preto. Foi discutido ainda o comparecimento na votação da
288PEC 37, a elaboração de relatórios da Ouvidoria, entre outros
289assuntos que estão constantes do material disponível em áudio.
290O presidente apresentou a gravação e o conteúdo do relatório
291citado no início da reunião acerca do posicionamento do
292conselheiro relator de seu estado acerca das viagens do
293Presidente do CNOMP, Ouvidor do MP daquele estado e sua
294assessoria. O conteúdo do relatório e a defesa apresentada
295pelo procurador Dr José Valdo além das manifestações de apoio
296ao presidente encontram-se gravadas no CD da reunião. Foram
297encerrados os trabalhos da parte da manhã. O presidente deu
298início os trabalhos da parte da tarde do segundo dia de
299reunião. A pauta foi retomada. O presidente ponderou que o
300CNMP caberia legitimidade para examinar as propostas de
301cooperação, e ao CNOMP o encaminhamento das sugestões. Dra Ela
302manifestou entendimento no sentido de que a legitimidade seria
303do CNMP e não da Ouvidoria Nacional. Entendeu ainda que em
304algumas matérias a legitimidade se estenderia ao CNOMP com
305participação da Procuradoria-Geral, a exemplo de participação
306em cursos e intercâmbio de servidores. O presidente do CNMP

307autorizaria em relação aos servidores do CNMP. Dra Rosynete
308lembrou que a resolução do CNMP prevê em seu artigo 4º -
309Compete às Ouvidorias do Ministério Público, inciso IV -
310"Promover articulação e parcerias com outros organismos
311públicos e privados, visando ao atendimento das demandas
312recebidas e aperfeiçoamento dos serviços prestados." O título
313colocado na reunião extraordinária "Cooperação do MP com
314outras instituições" estaria amplo demais e fora das
315atribuições dos Ouvidores. E com relação à articulação da
316Ouvidoria, já estaria contemplada na Resolução 95 do CNMP,
317restando prejudicado o item 7 da pauta. Quanto ao item 8,
318concordou com a Dra Ela no sentido de que o termo de acordo de
319cooperação técnica extrapolaria até mesmo o âmbito do CNMP. Dr
320Gabriel lembrou que o conselho congrega todos os MPS dos
321estados e federal. Foram tratados outros assuntos referentes à
322PEC 37. Foram tratados ainda assuntos referentes à definição
323do local e a logística para a reunião do CNOMP, no Hotel Sears
324em Natal/RN. Ficou definido também que a reunião do CNOMP será
325nos dias 30 e 31/10 pela manhã, sendo que o congresso inicia-
326se dia 30/10 às 19 horas e vai até 2/11. Dra Ela sugeriu que
327cada Ouvidoria levasse o folder de seu Órgão/Ouvidoria para
328divulgação durante o congresso. Dra Ruth passou à leitura das
329**placas para as homenagens**: "O CNOMP, conselho nacional de
330ouvidores do ministério público, agradece ao Dr. Roberto
331Monteiro Gurgel Santos, Procurador-Geral da República e
332Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público pela
333iniciativa e esforços despendidos para realização do I
334Encontro Nacional de Ouvidorias do Ministério Público". "O
335CNOMP, Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público
336concede ao Dr. Almino Afonso Fernandes, o título de Ouvidor
337Honorário, pelo efetivo trabalho de sedimentação,
338regulamentação e integração das Ouvidorias do Ministério
339Público". **Os temas definidos para serem levados ao Primeiro**
340**Encontro Nacional de Ouvidores** foram "Ouvidorias e as redes
341sociais" - painel que será desenvolvido pela Dra Rosynete e
342pelo Dr Valdec na TI, e "Representatividade do CNOMP junto ao
343CNMP". O presidente Dr José Valdo agradeceu a todos. Dra
344Rosynete discorreu acerca das ações e eventos que acontecerão
345contra a PEC 37. Foi lamentada a morte da Dra Gersa, ex-
346ouvidora do MP de Pernambuco e feita moção de pesar. O
347presidente solicitou os números dos celulares dos Ouvidores
348para facilitar os contatos e também os endereços eletrônicos
349particulares atualizados. Foi passada uma lista para as
350devidas atualizações. O presidente agradeceu a presença e o
351apoio de todos e declarou encerrados os assuntos da pauta e a
352reunião, cujo conteúdo ficou lavrado na presente ata.

353Belo Horizonte, 25 de junho de 2013.

354Ruth Lies Sholte Carvalho

355Ouvidora do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

356**Secretária** do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério
357Público

358 José Valdo Silva,
359 Ouvidor do Ministério Público do Estado do Ceará
360 **Presidente** do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério
361 Público